



Nossa Caixa Desenvolvimento

Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

CNPJ 10.663.610/0001-29.

SECRETARIA
DA FAZENDA

Relatório da Administração

A Empresa

A NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. iniciou suas atividades em 11 de março do corrente ano. Foi constituída pela Lei Estadual 10.853/2001 e regulamentada por meio do Decreto 52.142/2007, tendo por missão promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo, mediante o financiamento de projetos produtivos, que busquem ampliar e racionalizar as políticas financeiras de fomento.

Nestes primeiros meses, tomando por base o Plano de Negócios aprovado pelo Banco Central do Brasil, a NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO dedicou-se à sistematização de sua estrutura organizacional e de negócios – atividade em que se destacaram, as áreas de infraestrutura operacional, de logística e de compras, bem como o desenvolvimento de políticas e manuais de procedimentos. Nesse período, instituíram-se, ainda, a ouvidoria e o site corporativo.

Estratégia de Negócios

Por se tratar de uma agência de fomento, a NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO não contará com rede de agências bancárias. Por isso, e com o propósito de se tornar o principal agente financeiro do desenvolvimento estadual, aprovou-se um modelo de negócios que prioriza parcerias com associações e entidades do setor privado, por meio das quais será possível criar uma estrutura com grande capacidade de distribuição e baixo custo. Inicialmente foram firmadas parcerias com SEBRAE, ABIMAQ, FIESP, FECOMÉRCIO, FAESP, ACSP, FACESP, SINTELMARK E APAS. O foco das atividades da NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO está voltado, preferencialmente, para pequenas e médias empresas, que compõem um universo de aproximadamente 36 mil empresas no Estado de São Paulo. Sob a orientação do Conselho de Administração e em conformidade com a política estadual de fomento à atividade econômica, foi criado o Programa de Crédito Produtivo para suprir a necessidade de crédito de empresas paulistas, com dificuldade na captação de recursos de curto prazo, devido à crise de crédito iniciada no segundo semestre de 2008. Fazem parte do programa, ainda em fase pré-operacional, linhas de financiamento disponíveis para capital de giro e investimento.

A NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO solicitou credenciamento ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no

sentido de tornar-se agente repassador, providência que possibilitará ampliar a oferta de recursos às empresas paulistas nas diversas modalidades de financiamento oferecidas pelo BNDES.

Adicionalmente à oferta de recursos próprios e repasses, o Decreto 52.142/2007 autorizou a NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO a realizar a administração e gestão dos Fundos de Investimento e Programas do Estado.

Recursos Humanos

A NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO iniciou suas atividades com um quadro de colaboradores cedidos pelo Banco Central do Brasil, Banco Nossa Caixa, Cosesp, IPT e BNDES. Encontra-se em fase de implementação o Plano de Cargos e Salários e, no segundo semestre, será realizado concurso público para admissão de funcionários para o quadro permanente da Agência.

Tecnologia da Informação

O Plano de Negócios da Nossa Caixa Desenvolvimento previu investimentos e despesas iniciais da ordem R\$ 2.161.100,00 para aquisição e instalação de infraestrutura de TI e Telecom e outros R\$ 3.200.000,00 destinados à aquisição de sistemas de gestão para suporte às operações de negócios. Para propiciar o início imediato das atividades da Agência, a Secretaria da Fazenda disponibilizou provisoriamente infraestrutura tecnológica necessária, possibilitando postergar o investimento previsto para o segundo semestre/2009.

No tocante a softwares, o investimento previsto da ordem R\$ 1.100.000,00 também não foi realizado no primeiro semestre de 2009, uma vez que a solução implantada para o apoio operacional e suporte a negócios consistiu em locação dos aplicativos, gerando nessa fase inicial, apenas despesas recorrentes dessa locação e manutenção.

Encontra-se em desenvolvimento o projeto de implantação do parque tecnológico definitivo, bem como a elaboração das especificações técnicas e funcionais para licitação de solução de gestão dos processos operacionais e suporte aos negócios, com previsão de conclusão ainda no segundo semestre de 2009.

Fonte de Recursos

A NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO dispõe de capital social, já integralizado, de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), que têm

como fonte de recursos para o desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo, acionista controlador da Agência.

Evolução da Carteira de Crédito

O Plano de Negócios, apresentado ao Banco Central do Brasil, previa a autorização para funcionamento em dezembro de 2008 e início das atividades em fevereiro de 2009. Previa-se a realização de 9 operações de crédito, disponibilizando R\$ 6.637.500,00, tendo como fonte recursos próprios e repasses do BNDES, concedidos até o encerramento do 1º semestre de 2009.

A autorização de funcionamento foi concedida em 11 de fevereiro do corrente ano e o início das atividades ocorreu em 11 de março.

A NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO encerrou o semestre com 3 limites aprovados, no total de R\$ 2.650.000,00 e 3 concessões com recursos próprios, disponibilizando R\$ 138.121,92.

Demais Ações Realizadas de Acordo com os Objetivos Estratégicos do Plano de Negócios (Res. BACEN 3040):

Foi implementada área de gestão de riscos corporativos independente, ligada diretamente à Presidência, responsável pelo gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional, além da gestão dos controles internos e normas da instituição. Além disso, foi desenvolvido pela área de Auditoria Interna manual de rotinas internas, contemplando a forma, os objetivos, procedimentos e métodos de atuação da área.

O acompanhamento do desempenho de todas as áreas da Agência, bem como do cumprimento dos objetivos estratégicos é realizado pela área de Planejamento e Governança.

Os critérios utilizados na escolha dos administradores, previstos no estatuto, são a capacidade profissional, técnica ou administrativa, experiência compatível com o cargo, idoneidade moral e reputação ilibada.

Concluindo, todas as ações foram adotadas em consonância com os objetivos propostos no Plano de Negócios, aprovado pelo Banco Central do Brasil.

Balanço patrimonial - 30 de junho de 2009 (Em milhares de reais)

ATIVO		PASSIVO	
Circulante	209.241	Circulante	5.112
Disponibilidades	4	Outras obrigações	5.112
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	208.437	Fiscais e previdenciárias	3.991
Carteira própria	208.437	Diversas	1.121
Operações de crédito	109		
Outros créditos	684	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	204.148
Diversos	684	Capital social	200.000
Outros valores e bens	7	Domiciliados no País	200.000
Não circulante	19	Reservas de lucros	4.148
Permanente	19		
Imobilizado de uso	19		
Total do ativo	209.260	Total do passivo e patrimônio líquido	209.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 11 de março a 30 de junho de 2009 (Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial de lucros		
Aporte de capital						
Subscrição de capital	-	200.000	-	-	-	200.000
Integralização de capital subscrito	200.000	(200.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do período					4.148	4.148
Destinações:						
Reservas	-	-	207	3.941	(4.148)	-
Saldos em 30 de junho de 2009	200.000	-	207	3.941	-	204.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 30 de junho de 2009 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia pública, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

As operações são regulamentadas pela Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, de emissão do Conselho Monetário Nacional - CMN. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Sua missão é a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo, mediante o financiamento de projetos produtivos, buscando a ampliação e racionalização das políticas financeiras de fomento, podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no país e no exterior originários de:

I. Fundos governamentais;

II. Orçamento estadual;

III. Organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento. Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

As alterações na Resolução nº 2.828/2001, divulgadas pelo Banco Central do Brasil por meio da Resolução nº 3.757 de 1 de julho de 2009, ampliam substancialmente as modalidades de operações a serem utilizadas pelas agências de fomento na execução do seu objeto social.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, índices e taxas oficiais sobre ativos e passivos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Instituição são representados por: saldos em poder de bancos e investimentos em títulos e valores mobiliários de curto prazo.

Em 30 de junho de 2009, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	4
Títulos e valores mobiliários - Cotas de fundos de investimento	1.026
Total	1.030

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As agências de Fomento são dispensadas da aplicação dos critérios para registro e avaliação contábil dos títulos a valor de mercado, conforme autorizado pela Circular BACEN 3.068 de 8 de novembro de 2001.

d) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito

As operações de crédito estão registradas ao valor principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos prazos das operações.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, as garantias e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

e) Ativo imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens à taxa de 10% para os móveis e equipamentos de uso.

f) Demais ativos e passivos

São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

g) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 120 no semestre. A contribuição social foi calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 15%.

4. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2009, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

a) Composição da carteira

Faixa de vencimento/título	30/06/09
Até 365 dias	

Letras Financeiras do Tesouro - LFT

Cotas de Fundos de Investimento	207.411
Total	208.437

Os títulos públicos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As agências de Fomento são dispensadas da aplicação dos critérios para registro e avaliação contábil dos títulos a valor de mercado, conforme prevê a Circular BACEN 3.068 de 8 de novembro de 2001. Em 30 de junho de 2009 o valor de mercado dos títulos é de R\$ 208.439, gerando um efeito de marcação a mercado no montante de R\$ 2, não registrado no balanço.

A aplicação em cotas de fundo de investimento está representado por 199.686 cotas do Setor Público Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Principal Referenciado DI.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Letras Financeiras do Tesouro - LFT	30/06/09
Cotas de Fundos de Investimento	12.412
Total	15
Total	12.427

c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2009 a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

5. Operações de crédito

Em 30 de junho, a carteira operações de crédito está composta da seguinte forma:

a) Composição por faixa de vencimento e setor de atividade:

Títulos descontados	30/06/09
Setor privado - indústria	
Vencimento até 3 meses	109
Total	109

Demonstração do resultado

Período de 11 de março a 30 de junho de 2009
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

Receitas de intermediação financeira	12.428
Operações de crédito	1
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	12.427
Resultado bruto de intermediação financeira	12.428
Outras receitas/(despesas) operacionais	(4.784)
Despesas de pessoal	(3.895)
Outras despesas administrativas	(309)
Despesas tributárias	(580)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	7.644
Imposto de renda e contribuição social	(3.496)
Provisão para imposto de renda	(2.182)
Provisão para contribuição social	(1.314)
Lucro líquido do período	4.148
Lucro líquido por ação (lote mil) - em R\$	20,74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Período de 11 de março a 30 de junho de 2009 (Em milhares de reais)

Lucro líquido do período	4.148
Lucro ajustado do período	4.148
Variiação ativo/passivo circulante	(203.099)
Aumento em títulos e valores mobiliários	(207.411)
Aumento em operações de crédito	(109)
Aumento em outros créditos	(684)
Aumento em outros valores e bens	(7)
Aumento em outras obrigações	5.112
Caixa líquido das atividades operacionais	(198.951)
Aquisição de imobilizado de uso	(19)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(19)
Incremento de capital	200.000
Caixa líquido das atividades de financiamentos	200.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.030
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.030
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

b) Composição por nível de risco

Nível	A vencer	Total	Nível de provisão	30/06/09	Valor da provisão
AA	62	62	-	-	-
A	47	47	0,5%	-	-
Total	109	109	-	-	-

6. Outros créditos - Diversos

Impostos e contribuições a compensar	30/06/09
Adiantamentos	624
Devedores diversos	40
Total	20
Total	684

7. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

Impostos e contribuições sobre os lucros	30/06/09
Impostos e contribuições sobre salários	3.496
Impostos e contribuições a recolher	422
Total	73
Total	3.991

b) Diversas

Salários e encargos	30/06/09
Fornecedores	1.059
Total	62
Total	1.121

8. Patrimônio líquido

a) Capital social
Em 30 de junho de 2009, o capital social de R\$ 200.000 está representado por 200.000.000 ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal. Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvindo-se antes o Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração deliberará sobre as condições de emissão, subscrição e integralização das ações, em dinheiro, ou por meio da incorporação de reservas e lucros, indicando expressamente:

I. o número, espécie e classe de ações que serão emitidas; II. as formas e as condições de subscrição; III. as condições de integralização, prazo e número de parcelas de realização; IV. o preço mínimo pelo qual as ações poderão ser inscritas; e V. o prazo para subscrição da emissão.

É possível que outras entidades, públicas ou privadas, participem minoritariamente do capital social da Agência, desde que mediante prévia autorização do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, na forma da legislação vigente.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício a ser aprovado por deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Do saldo remanescente do lucro líquido do período, o montante de R\$ 3.941 foi destinado para Reserva Especial de Lucros cuja destinação será definida no momento oportuno por meio de aprovação em Assembleia Geral.

9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

a) Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados em 30 de junho de 2009.

Continua...

Continuação Nossa Caixa Desenvolvimento Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

Em 30 de junho de 2009 a Instituição não possuía nenhuma ação em andamento classificadas como perda provável ou obrigação legal.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2009 a Instituição não possuía nenhuma ação em andamento classificada como perda possível.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Instituição.

Em conformidade com a legislação brasileira, os registros de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais estão sujeitos à exame pelas respectivas autoridades em um período de 5 a 30 anos, conforme a natureza tributária.

10. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição das despesas com impostos e contribuições

a.1) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

Despesa de imposto de renda – corrente	(2.182)
Despesa de contribuição social – corrente	(1.314)
Total	(3.496)

30/06/09	7.644
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(3.057)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(439)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(438)
Provisão para despesa com pessoal	(11)
Contribuições a entidades de classe	10
Outras exclusões	(3.496)

11. Limites operacionais

O Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, divulgou, em 2007, as Resoluções 3.444 e 3.490, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Nesse sentido, tendo iniciado suas operações em 11 de março de 2009, a Nossa Caixa Desenvolvimento está devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, com Patrimônio de Referência (PR) muito superior ao mínimo exigido (PRE), possibilitando ampla margem de atuação.

O índice da Basileia para 30 de junho de 2009 é de 4.892%, e o quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE pela nova fórmula de cálculo (Não auditado):

Risco de Crédito (PEPR)	340
Risco de Taxas de Juros	1
Risco Operacional	118
Patrimônio de Referência Exigido	459
Patrimônio de Referência	204.148
Margem de Patrimônio	203.689

12. Transações entre partes relacionadas

Durante o período, a Instituição não manteve transações de qualquer natureza com partes relacionadas.

13. Gerenciamento de riscos

A Nossa Caixa Desenvolvimento possui uma Superintendência de Gestão de Riscos independente, ligada diretamente à Presidência. Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e a outra responsável pelos controles internos e Compliance.

A atual estrutura é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e dimensão da exposição ao risco da Instituição. O sistema utilizado é integrado com as operações de tesouraria e de crédito, permitindo que os relatórios e informações geradas aos órgãos regulatórios sejam extraídos do plano de contas da Instituição.

a) Risco de mercado

As perdas potenciais advindas de variações de taxas de juros, moedas e índices são monitoradas em relação aos limites operacionais atribuídos para a sensibilidade aos fatores de risco. A agência controla tais variações através do cálculo Valor em Risco (VaR) Paramétrico, com 95% de confiança.

b) Risco operacional

Definido como o risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira.

A área de Risco Operacional da Nossa Caixa Desenvolvimento integra a Superintendência de Gestão de Riscos sendo responsável pelas atividades de mapeamento dos processos operacionais, identificação, avaliação e mitigação dos riscos identificados. A estrutura de gerenciamento do risco operacional vem sendo implementada através de várias ações.

c) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito baseia-se, inicialmente, no acompanhamento da evolução da carteira de crédito da instituição, com a coleta e armazenamento de dados para projeções e análises futuras, além da revisão da classificação das operações nos níveis de risco e do cálculo do provisionamento para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa, de que trata a Resolução 2.682, de 1999.

O cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido, referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PEPR), é efetuado com base na Circular BACEN nº 3.360, de 2007.

Diretoria		
Milton Luiz de Melo Santos	Cláudio de Oliveira Torres	Jorge Luiz Avila da Silva
Contador		
Lucivaldo Pereira Lima - CRC 1SP258038/P-6		
Parecer do conselho fiscal		

Os membros do Conselho Fiscal da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2009, e a vista do Parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos ao Conselho de Administração.

Carlos Henrique Flory Conselheiro	Humberto Baptistella Filho Conselheiro
Neide Bertezini Conselheira	Fabio Gomes Cunha Conselheiro

Parecer do conselho de administração

O Conselho de Administração da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., com base no Parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2009.

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho Presidente	Guilherme Afif Domingos Conselheiro
Mauro Ricardo Machado Costa Conselheiro	Roberto Brás Matos Macedo Conselheiro
Milton Luiz de Melo Santos Conselheiro	


Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Examinamos o balanço patrimonial da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., levantado em 30 de junho de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao período de 11 de março (início das operações) a 30 de junho de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. em 30 de junho de 2009, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa referentes ao período de 11 de março a 30 de junho de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 17 de julho de 2009	Rafael Dominguez Barros Contador CRC-1SP208108/O Grégory Gobetti Contador CRC-1PR039144/O-8 "S"-SP
	
Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6	

Gafisa **GAFISA S.A.**
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 01.545.826/0001-07 - NIRE 35.300.147.952

Ata de Reunião do Conselho de Administração da Gafisa S.A.
("Companhia") realizada em 24 de agosto de 2009, lavrada na forma de sumário

1. Data, Hora e Local: No dia 24 de agosto de 2009, às 17 horas, por conferência telefônica, conforme expressamente autorizado pelo Art. 20, §2º, do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Presença:** Os membros do Conselho de Administração foram regularmente convocados. Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, tendo-se verificado, portanto, quorum de instalação e aprovação. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Gary Robert Garrabrant. Secretária: Fabiana Utrabo Rodrigues. **4. Deliberações:** foi deliberada, pela unanimidade dos conselheiros presentes e sem quaisquer ressalvas: **4.1.** Homologar o aumento do capital da Companhia, respeitado o limite do capital autorizado, em R\$ 886.825,94, em face do exercício, nos últimos 30 dias, de opções de compra de ações, que resultaram na emissão de 130.000 ações ordinárias, na forma do Boletim de Subscrição que fica arquivado na sede da Companhia. Em decorrência do referido aumento, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 1.233.465.243,55 dividido em 133.592.818 ações, todas ordinárias, escriturais e sem valor nominal. **4.2.** Registrar que referidas ações participam em igualdade de condições com as demais ações existentes em relação a todos os benefícios, inclusive na eventual distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da presente data. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, esta ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Assinaturas:** Presidente: Gary Robert Garrabrant. Membros: Gary Robert Garrabrant, Thomas Joseph McDonald, Caio Racy Mattar, Richard L. Huber, Gerald Dinu Reiss e José Écio Pereira da Costa Júnior. Secretária: Fabiana Utrabo Rodrigues. Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 24 de agosto de 2009. **Fabiana Utrabo Rodrigues** - Secretária.

França do Brasil
Projetos Imobiliários Ltda.
CNPJ nº 07.942.093/0001-12 - NIRE 35.220.489.334

Ata da Reunião dos Sócios Quotistas
Realizada em 21 de Agosto de 2009

Data: 21 de agosto de 2009. **Local:** na sede social, localizada em São Paulo/SP, na Avenida Nações Unidas nº 12.901, 11º andar, Torre Oeste. **Presença:** totalidade dos sócios quotistas. **Ordem do Dia: 1)** Deliberação sobre a redução de capital social por considerar excessivo em relação ao objeto da sociedade, na forma de reembolso do valor do mesmo aos sócios quotistas. **2)** Outros assuntos de interesse social. **Deliberações por unanimidade: 1)** Aprovada a redução do capital social, de R\$ 72.123.394,00 (setenta e dois milhões, cento e vinte e três mil, trezentos e noventa e quatro reais) para o valor de R\$ 66.123.394,00 (sessenta e seis milhões, cento e vinte e três mil, trezentos e noventa e quatro reais), por meio de reembolso de quotas no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). **2)** Aprovado o pagamento do reembolso em dinheiro seja realizado proporcionalmente às participações dos sócios quotistas no capital social, sendo atribuído ao sócio quotista **France, LLC** o valor de R\$ 3.802.828,19 (três milhões, oitocentos e dois mil, oitocentos e vinte e oito reais e dezenove centavos) e ao sócio quotista **Castelo, LLC** o valor de R\$ 2.197.171,81 (dois milhões, cento e noventa e sete mil, cento e setenta e um reais e oitenta e um centavos). Na presente data os sócios quotistas promoverão a alteração do contrato social consignando o novo valor do capital social. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo a presente ata lavrada e assinada pelos sócios quotistas presentes, a qual será publicada na forma do § 1º do art. 1.084 do Código Civil, para que se produzam os devidos efeitos legais. São Paulo, 21 de agosto de 2009. Cópia Fiel do Livro Próprio. **France, LLC** - Douglas Frederick Ferguson Munro; **France Brazil, LLC** - Douglas Frederick Ferguson Munro; **Castelo, LLC** - Douglas Frederick Ferguson Munro; **Castelo Brazil, LLC** - Douglas Frederick Ferguson Munro.

Paranapanema S.A. itag **INVEL**
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 60.398.369/0001-26 - NIRE 35.300.316.355

Ata da Assembléia Geral Especial dos Acionistas
Detentores de Ações Preferenciais - Primeira Chamada
realizada em 25 de agosto de 2009.

Data, Hora e Local: 25 de agosto de 2009, às 10:00h (dez horas), na sede social da Paranapanema S.A., situada na Rua Felipe Camarão nº 500, Santo André(SP). **Presença:** Acionistas titulares de ações preferenciais representando 19,83% do total das ações preferenciais em circulação de emissão da Companhia, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas". O Sr. José Ferraz Ferreira Filho, membro do Conselho Fiscal da Companhia. **Convocação:** Edital de Convocação publicado nos jornais Valor Econômico e Diário do Grande ABC, nos dias 10, 11 e 12 de agosto de 2009 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo nos dias 11, 12 e 13 de agosto de 2009. **Mesa:** Presidente: Sr. Joaquim Ferreira Amaro; Secretária: Dra. Elisabeth Baptista Bettini, na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia. **Ordem do Dia:** Deliberar, discutir e aprovar a conversão das ações preferenciais em ordinárias, na razão de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial a ser convertida. **Deliberações:** Em virtude da ausência de acionistas titulares de ações preferenciais que pudessem completar o quorum exigido pelo Art. 125, caput, da Lei 6.404/76, o Presidente da mesa deixou de instalar a assembléia, determinando a publicação de nova convocação, na forma da Lei. **Encerramento:** Não havendo mais nada a ser discutido, o Presidente lavrou esta ata na forma de sumário, conforme autorizado por lei, a qual foi lida por todos, achada conforme e assinada. Santo André, 25 de agosto de 2009. Joaquim Ferreira Amaro - Presidente; Silvio Tini de Araújo; Bonsucex Holding Ltda.; José Fernando Garcia; José Carlos de Araújo (espólio); EWZ Investments LLC; Afonso Hochreiter; Fonte Boa Adm. de Bens Ltda.; José Ferraz Ferreira Filho - Representante do Conselho Fiscal. Esta ata é cópia fiel da lavrada no livro próprio. Elisabeth Baptista Bettini - Secretária.

REIZA TRANSPORTES E LOGÍSTICA
LTDA (Matriz)
CNPJ 51.538.346/0001-89
Comunicado

Com sede na Rua Anhanguera, 876, Portão 2, Sala 1, Jardim Piratininga, Osasco, SP, CEP 06230-110, CNPJ 51.538.346/0001-89, I.E. 492.502.395.110, DECLARA que efetuou denúncia espontânea junto ao Posto Fiscal de Osasco na data de 18/08/2009, nos termos do artigo 529 do Decreto 45.490 de 30/11/2000 e artigo 138 do CTN. 1) Por equívoco a empresa emitiu as notas fiscais nº 47 a 50, 104 e 104 a 105 e 110 a 194 através de seus formulários fiscais nº 501 a 504, 540 a 541, 544 a 599, quando deveriam ser impressas através dos formulários fiscais de sua filial CNPJ 51.538.346/0003-40, ocorrendo um erro material não intencional, não havendo prejuízo ao Fisco pelas operações serem isentas do ICMS. 2) Por um problema no sistema foram suprimidas a numeração das notas fiscais de 546 a 595.

BIOGERAÇÃO ENERGIA S.A.
CNPJ 05.486.723/0001-66 - NIRE 35300193792

Extrato da Assembleia Geral Extraordinária de 14.10.2005
Instalação: 14.10.2005, às 10h00, na sede social e com presença total. **Mesa:** Presidente: Damian Gaston Zisman; Secretário: Adilson Moreira. **Deliberação:** aprovada a constituição do "Consórcio Bandeirantes Bioenergética", sendo consorciadas a Biogeração Geração S.A. (CNPJ 05.486.723/0001-66) e o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. (CNPJ 33.700.394/0001-40). **Quorum da Deliberação:** unanimidade. **Formalidades Legais:** ata lavrada no livro próprio e arquivada conforme seguinte CERTIDÃO: "Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Junta Comercial do Estado de São Paulo: certifico o registro sob o nº 366.384/05-3, em 19.12.05 (a) Cristiane da Silva F. Corrêa - Secretária Geral."

AES Elpa
AES ELPA S.A.
CNPJ/MF nº 01.917.705/0001-30 - NIRE 35.300.191.749

Ata de Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 23 de Julho de 2009

1. Data, Hora e Local: Realizada em 23 de julho de 2009, às 13h30, na Rua Lourenço Marques, 158, Vila Olímpia, São Paulo - SP. **2. Convocação e Presença:** Convocação realizada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os Srs. Sérgio Ladeira Furquim Werneck, Airtton Ribeiro de Matos, Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira e Francisco Luiz Scagliusi. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira e secretariados pela Sra. Andrea Leandro Silva. **4. Ordem do Dia:** Panorama dos Negócios da Companhia. **5. Deliberações:** Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração tomaram conhecimento do panorama dos negócios da Companhia, conforme exposição dos Srs. Alexandre Cesar Innecco e Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira, que destacaram os pontos principais relativos aos aspectos financeiros e jurídicos da Companhia, respectivamente. Foram prestados ao longo da reunião os esclarecimentos solicitados pelos conselheiros. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a ser tratado, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi por todos lida, achada conforme e assinada. São Paulo, 23 de julho de 2009. **Assinaturas: Mesa:** Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira - Presidente; e, Andrea Leandro Silva - Secretária. **Conselheiros de Administração:** Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira, Airtton Ribeiro de Matos, Francisco Luiz Scagliusi, Sérgio Ladeira Furquim Werneck. São Paulo, 23 de julho de 2009. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Andrea Leandro Silva** - Secretária. **JUCESP** nº 267.894/09-0 em 04/08/2009. Ana Cristina de S. F. Calandra - Secretária Geral.

FERROVIÁRIA FUTEBOL S.A.
CNPJ nº 06.020.811/0001-30 - NIRE nº 35.300.199.936
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos srs. Acionistas que em 22/08/09, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência para subscrição de novas ações ordinárias a serem emitidas nas condições aprovadas pela reunião do Conselho de Administração de 21/08/09, que são as seguintes: 1. Foi aprovada a emissão de 918.000 (novecentas e dezoito mil) ações ordinárias nominativas, que serão colocadas pelo valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, mediante subscrição particular entre os acionistas, proporcionalmente à sua participação no capital. 2. Foi estipulado o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência, que compreenderá o período de 22/08/09 à 20/09/09. 3. Decorrido o prazo de subscrição poderão os acionistas ou interessados, nos 3 (três) dias seguintes, procederem a subscrição das sobras que casualmente se verificarem. 4. Os acionistas ou seus procuradores serão atendidos e obterão maiores esclarecimentos na sede social, na Alameda Rogério Pinto Ferraz, 331, em Araraquara-SP. Araraquara-SP, 21 de agosto de 2009. **FERROVIÁRIA FUTEBOL S.A. Welson Alves Ferreira Júnior - Diretor Presidente.** (22, 25 e 26)

Banco Ribeirão Preto S.A.
CNPJ 00.517.645/0001-04 - NIRE 353.001.415.80

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária
18/03/2009, 9 h, sede social. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Presidente: Adriano Coselli; Secretária: Maria Angela M. Coselli. **Convocação:** Dispensada. **Deliberações:** Eleição do novo membro do Conselho de Administração: Sr. Moacir Fauzer Castellini, como Vice-Presidente, qualificado no original, com mandato até a próxima AGO a ocorrer em 2009 que elegerá então os membros do Conselho de Administração para um novo termo de 2 anos, o qual desde já renuncia ao recebimento de gratificação de qualquer espécie pelo desempenho de sua função. **Nada mais.** **JUCESP** nº 278.048/09-2 em 10/08/09. Ana Cristina de S. F. Calandra - Secretária Geral.